

Práticas democráticas na Educação Infantil: lugar de encontros e/ou desencontros plurais

RESUMO

Adriana Perpetua Beckhauser Souza

adrisouza.coordenacao@gmail.com
<https://orcid.org/0009-0002-5930-735X>
Instituto Federal Catarinense,
Camboriú, Santa Catarina, Brasil

Filomena Lucia Gossler Rodrigues da Silva

filomena.silva@ifc.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-8275-7714>
Instituto Federal Catarinense,
Camboriú, Santa Catarina, Brasil

Marilândes Mól Ribeiro de Melo

Marilandes.melo@ifc.edu.br
<https://orcid.org/0000-0001-7970-1480>
Instituto Federal Catarinense,
Camboriú, Santa Catarina, Brasil

Roseli Nazário

Roseli.nazario@ifc.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-4562-148X>
Instituto Federal Catarinense,
Camboriú, Santa Catarina, Brasil

A Educação Infantil é marcada pela diversidade de crianças, famílias, trabalhadoras/es que *habitam* esse espaço, o que exige que se constitua em um lugar acolhedor das pluralidades, isso é, lugar de encontros plurais, espaço de respeito às diferentes vozes, espaço de vida e liberdade, espaço de democracia. Sob essa condição, cabe nesta primeira etapa da Educação Básica, assegurar formas de sociabilidade que rompam as relações de dominação etária, relações centradas no patriarcado, no racismo, na homofobia, na misoginia, no fascismo. Nesta direção, com este artigo, posicionam-se algumas reflexões que visam promover um (re)pensar, um (re)planejar, um movimentar práticas educativo-pedagógicas que se comprometam com o exercício de conceber a Educação Infantil como espaço de vivência e aprendizagem da democracia, como lugar que *abrace* o “todas/todos” em suas constituições e transformações identitárias. Para tanto, atribui-se à coordenação pedagógica a responsabilidade quanto à proposição de formação continuada aos profissionais da instituição educativa que contribua para encontros teórico-práticos das/nas ações pedagógicas na direção acima indicada, de modo a assegurar a confiança, o respeito, a dignidade, a convivência coletiva de todas/todos.

PALAVRAS-CHAVE: Educação Infantil. Encontros Plurais. Espaços. Recursos Materiais. Coordenação Pedagógica.

UM PRIMEIRO ENCONTRO INTRODUTÓRIO

Este artigo surge de reflexões tecidas no âmbito de uma disciplina obrigatória de um curso de mestrado, oferecido por uma instituição pública do sul do Brasil, na relação com questões que atravessam a prática cotidiana como coordenadora pedagógica na Educação Infantil, função exercida por uma das autoras deste artigo, e que também tem essa temática (coordenação pedagógica na Educação Infantil) como objeto de sua pesquisa em andamento. Essa composição — dada a partir da disciplina cursada, da função exercida e do projeto de pesquisa — justifica a escolha das reflexões acerca de defender a Educação Infantil como espaço de pluralidade, lugar de acolhimento de todas/todos.

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica, é integrada por crianças e suas infâncias, etapa em que o brincar e as interações, dimensões humanas, envolvem questões sociais que são abraçadas por contextos brincantes, expressivos, de vidas. As instituições de Educação Infantil são lugares em que as representações sociais são experimentadas e reproduzidas por crianças de zero a cinco anos de idade, partilhadas com adultos profissionais da Educação Infantil e seus familiares.

Ao acolher essas crianças, trabalhadoras/es da educação, quando acessíveis e cientes da diversidade social a qual compõe (e é composta) a Educação Infantil, podem ser conhecedoras/es das identidades que se transformam no decorrer desta etapa, sejam das práticas que reproduzem esta sociedade hegemônica, patriarcal, desigual, antidemocrática, ou em falas, organizações dos espaços, escolhas dos recursos materiais, inclusive dos mais comuns entre as crianças, como bonecas, carrinhos, fantasias, músicas, vídeos, livros de literatura para crianças. Ao usufruir desses elementos materiais, musicais, audiovisuais, literários, é importante questionar quais representatividades estamos proporcionando com as escolhas e concepções que compõem o cotidiano infantil nos espaços de educação pública.

Refletir essas questões, exige encontros/diálogos entre autores, como Ribeiro (2020) que aborda o lugar de fala de todas/todos, Montagnoli; Silva; Melo (2021) que trazem reflexões de uma escola democrática, igualdade e relações de gênero. Catanante; Dias; Silva; Tristão (2018) oferecem amparo para discutir a função da coordenação pedagógica em processos formativos de uma diversidade étnico-racial. Gomes (2005), respalda as questões referentes à diversidade étnico-racial e, em Louro (1997), subsídios para tratar as transformações das identidades e abordagens relacionadas a gênero. Por fim, Iskandar; Leal (2002) ajudam-nos a tensionar as escolas tecnicistas na perspectiva do positivismo

O encontro em palavras com essas/es autoras/es, ou seja, a estrutura organizada para alcançarmos o objetivo deste texto, apresenta inicialmente reflexões acerca da Educação Infantil como espaço de/para o acolhimento da pluralidade. Na sequência, discutimos os espaços que envolvem ou distanciam, além de problematizarmos a organização dos espaços físicos de brincadeiras e interações, neles podendo haver encontro e/ou desencontros, assim como os

recursos materiais que serão refletidos posteriormente. Na sequência desses encontros e desencontros, chegamos na discussão da coordenação pedagógica como elo para outros encontros transformadores e, por fim, são apresentados os encontros conclusivos e referenciados.

Dito isso, convidamos leitoras/es para refletirem suas experiências relacionadas à Educação Infantil, objetivando-se com esses encontros reflexivos pensar uma proposta que acolha a pluralidade.

EDUCAÇÃO INFANTIL COMO ESPAÇO DE/PARA TODAS/TODOS

Quando falamos e/ou lemos acerca da Educação Infantil facilmente encontramos reflexões dos espaços que compõem o cotidiano das crianças de zero a cinco anos de idade. Essa organização demanda planejamentos, estudos, compromisso dos profissionais para que (o espaço) se torne acolhedor, provocador, inclusivo, ou como é chamado com frequência na literatura, em especial a amparada no referencial italiano de Reggio Emília, a organização desse espaço torna-se mais um educador. E por que mais um? Porque esses espaços envolvem as crianças em possibilidades brincantes, expressivas, a inclui, oferece oportunidades para escolhas, para a sua identificação individual e coletiva (ou não), pois esses espaços de Educação Infantil podem estar organizados de forma a segregar, excluir, não possibilitar escolhas, provocar com que as crianças não se percebam partícipes daquele contexto, cerceando as pluralidades identitárias.

Os espaços institucionalizados de Educação Infantil são compostos por muitas escolhas que atravessam concepções de educação, concepções de crianças, concepções de infâncias, de trabalhadoras/es que lá convivem, formando, elaborando, (re)pensando e (re)planejando os espaços do cotidiano infantil. Essas concepções serão visibilizadas na organização de ambientes, contextos pedagógicos, cantos de brincadeiras, escolhas de elementos que os comporão e serão explorados pelas crianças. Também entranham as orientações no ato de brincar, podendo, a partir disso, incluir ou excluir, segregar ou incluir, acolher ou censurar.

Essas concepções são vistas nas paredes, nos corpos, nas falas, nos espaços/ambientes elaborados, nos recursos materiais selecionados para as brincadeiras e interações, nas literaturas para as crianças, nas músicas, nas escolhas, na forma de gestão, nas possibilidades organizadas para envolver os familiares e a comunidade no espaço de Educação Infantil.

Quando nos referirmos aos espaços públicos de educação, questionamos: em que medida estamos garantindo o que preconiza a Constituição Federal (BRASIL, 1988) ao colocar a educação como direito de todas/todos? Será que estamos apenas matriculando, inserindo a criança em uma instituição de educação, sem garantir-lhe o sentimento de sujeito partícipe, pertencente e representada na educação vivida nos espaços de Educação Infantil? As crianças estão se encontrando nesses espaços? Estão sendo respeitadas em suas escolhas, na sua cultura? Quais crianças, culturas, escolhas, concepções, gestão, estão sendo abraçadas pelos espaços de Educação Infantil? Todas?

Aqui trazemos a palavra abraço e suas variações, procurando representar o envolvimento, o acolhimento à diversidade e a palavra todas/todos, para que possamos pensá-la como alerta Ribeiro (2020) “Mas, quem são esses ‘todos’” (p. 40), ou quantos cabem nesse “todos”, pois é a diversidade que abarca este termo e nos concerne refletir frequentemente, estudar, conversar, pesquisar, garantir. Nas próximas seções, para abraçar e acolher, daremos visibilidade para algumas práticas relacionadas à organização dos espaços físicos de Educação Infantil, escolha de recursos materiais, maneiras de envolver os familiares, acolhendo as singularidades e diferenças existentes na sociedade e a ação da coordenação pedagógica no processo formativo de professoras/es, instigando estudos e aprofundamentos no tocante de todas/todos que compõem a Educação Infantil, ou seja, para pensá-la como um espaço legítimo de vivência da democracia, contribuindo para a garantia de uma das funções sociopolíticas e pedagógicas das propostas pedagógicas das instituições, descritas na Resolução nº 5 do ano de 2009 no inciso V do artigo 7º, que aborda a construção de novas formas de “[...] sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa”(BRASIL, 2009, s/p).

ESPAÇOS QUE ENVOLVEM OU DISTANCIAM?

Partindo do promulgado na Constituição Federal do Brasil (BRASIL, 1988) a educação é direito de todas/todos e dever do estado e da família, portanto, ao adentrar em um espaço destinado para as crianças da primeira etapa da Educação Básica, perguntamos: ele lhe abraça? Esse abraço acolhe/envolve? Você olha para ele e se identifica? Se, ao se identificar, sentir o abraço, o acolhimento, sentirás partícipe, porém, caso contrário, sentir-se-á excluído.

Contudo, para iniciarmos a conversa acerca da amplitude todas/todos, vamos esclarecer quem são os sujeitos que compõem os espaços de Educação Infantil partindo de uma “[...] aproximação às formulações mais críticas dos Estudos Feministas e dos Estudos Culturais, (porque) compreendemos os sujeitos como tendo identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo, ser contraditórias” (LOURO,1997, p. 24). Considerando esse conceito de identidade que nos apresenta movimento, diversidade e transformação, reportamo-nos para as crianças com essas mesmas palavras: criança é movimento, é diversidade, é transformação; são diversas em suas especificidades, em suas infâncias, em suas escolhas, imaginações, descobertas, brincadeiras.

O conceito de identidade, trazido pela autora, também abraça a concepção de criança, a concepção de Educação Infantil, de espaços pedagógicos, quando as vemos em suas individualidades coletivas, quando percebemos que os espaços educacionais são pensados, planejados e organizados com e para as crianças em suas pluralidades, em suas composições de gêneros, etnias, nacionalidades, territorialidades, classes, entre outros. Louro (1997) também nos faz refletir diante as fabricações de sujeitos que fazemos enquanto prática e instituições.

A palavra fabricado surge, neste artigo, inspirada no capítulo intitulado “A emergência do gênero”, que compõem uma das obras de Louro (1997), referindo-se à composição das pessoas, e ao refletir o gênero, afirma:

[...] admite-se que as diferentes instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros e são, também, constituintes dos gêneros. Estas práticas e instituições "fabricam" os sujeitos. Busca-se compreender que a justiça, a igreja, as práticas educativas ou de governo, a política, etc. são atravessadas pelos gêneros: essas instâncias, práticas ou espaços sociais são "generificados" — produzem-se, ou "engendram-se", a partir das relações de gênero (mas não apenas a partir dessas relações, e sim, também, das relações de classe, étnicas, etc.) (LOURO, 1997, p. 25).

Vê-se que a autora não cita apenas os espaços e/ou práticas de educação, mas refere-se aos entrelaços e inerências entre as variadas relações, as quais se fazem muito presentes na Educação Infantil, porque compõem diferentes pessoas e suas identidades em movimento nesses espaços de educação.

Diante dessa significação de pluralidade, vamos analisar alguns aspectos relacionados ao cotidiano da Educação Infantil atual, observando se as práticas, escolhas, decisões, concepções vão ao encontro dessas identidades apresentadas por Louro (1997), e se as ações estão envolvendo ou distanciando as crianças em suas especificidades.

ORGANIZAÇÃO DOS ESPAÇOS FÍSICOS DE BRINCADEIRAS E INTERAÇÕES: ENCONTROS OU DESENCONTROS COM A PLURALIDADE?

Organizar os espaços físicos na Educação Infantil é algo que cada vez mais aprofundado em estudos e pesquisas dada sua importância e relevância no cotidiano institucional, pois em muitos desses espaços transparecem a centralidade única nos desejos do adulto, enfatizando hegemonias de gênero, etnia, classe, nacionalidade, a partir do que os adultos acreditam e priorizam como educação, reforçando ideologias do branqueamento concretizadas no momento em que “[...] internalizando uma imagem negativa de si próprio e uma imagem positiva do outro, o indivíduo estigmatizado tende a se rejeitar, a não se estimar e a procurar aproximar-se em tudo do indivíduo estereotipado positivamente e dos seus valores, tidos como bons e perfeitos” (SILVA, 2005, p. 23).

Sendo assim, como movimentar essas práticas pedagógicas trazendo para a composição dos espaços a diversidade das identidades demonstradas por Louro (1997), sendo que muitas professoras/es tiveram suas formações escolares/profissionais em escolas tecnicistas, que ascendem no Brasil, principalmente, a partir da década de 1970, com o positivismo que

[...] influenciou de maneira considerável a sociedade nos séculos XIX e XX. Tendo em vista que a Educação é uma atividade social, também foi marcada por esta influência. Nas escolas, a influência do positivismo se fez sentir com força devido à influência da Psicologia e da Sociologia, ciências auxiliares da Educação” (ISKANDAR; LEAL, 2002, p. 03).

Positivismo que tinha (e tem) como lema “ordem por base, o amor por princípio e o progresso por fim” (ISKANDAR; LEAL, 2002, p. 03).

Encontrar espaços que busquem a ordem, a disciplina, a obediência, a pacificação, os estereótipos sociais são reflexos dessa educação tecnicista e positivista impregnada nos currículos das instituições. Currículos que invisibilizam as discussões relacionadas aos gêneros, identidades, diversidades, racismo, assuntos considerados polêmicos e que descaracterizariam a pacificação. Espaços educacionais infantis onde crianças, familiares, trabalhadoras/es em suas pluralidades, diversidades, movimentos, identidades, nem sempre são visibilizadas.

Continuamos encontrando, ainda com frequência, espaços que segregam e afirmam estereótipos sociais, utilizando-se ainda do homem como padrão, como medida. Assim, “[...] o problema que permanece é o de conceber as diferenças (sejam elas consideradas culturais, sociais, subjetivas) ‘em relação ao homem — sendo ele a medida, o padrão, a referência de todo discurso legitimado’” (LOURO, 1997, p. 33).

O homem continua sendo padrão na cultura patriarcal a qual vivemos, que acaba sendo reproduzida e reforçada por professoras/es nos espaços de Educação Infantil. É recorrente encontrarmos uma organização espacial que separa e ordena, por exemplo, as bonecas em uma determinada prateleira e os carrinhos em uma outra, como a demarcar um lugar para meninas e outro para meninos brincarem. Ou seja, separações que reforçam estereótipos patriarcais hegemônicos, onde o homem assume o papel de dominador e a mulher de dominada. Meninas que são direcionadas ao espaço da casinha para brincar, por acreditar que tal espaço as identificam, justificando-se, popularmente, como sendo uma brincadeira de menina, onde reproduzem, sem muita escolha, a educação feminina do período em que o Brasil foi colônia de Portugal, em que “[...] a educação feminina ficou geralmente restrita aos cuidados com a casa, o marido e os filhos” (RIBEIRO, 2011, p. 79).

Diante dessa configuração — com bonecas, em sua grande maioria brancas, e loucinhas rosas — na Educação Infantil as meninas ficam nas casinhas cuidando de suas/seus filhas/os, alimentando-as/os, fazendo dormir, trocando as fraldas, enquanto seus esposos estão trabalhando fora de casa. Enquanto isso, os meninos, que muitas vezes não estão em interações com as meninas, assumem os espaços dos carrinhos, oficinas mecânicas, localizando-se em espaços direcionados pelos adultos supostamente aos meninos, e sendo considerados próprios para eles.

Quando interagem, no contexto de representação familiar, os corpos se juntam na brincadeira, porém os direcionamentos representativos de personagens continuam sendo os mesmos: meninas no papel da mulher que fica em casa cuidando da prole e dos afazeres domésticos e o homem que sai para trabalhar com seu carro, voltando para casa na exigência de a comida estar pronta e ser servida a ele¹.

Diante do exposto acima, alguém pode estar se perguntando: o que há de mal nessa brincadeira infantil, tão comum e historicamente presente nos espaços de brincadeiras de nossas crianças? Há a segregação, a desigualdade, os preconceitos inculcados desde a escolha dos elementos que compõem essas brincadeiras, os quais direcionam-se, socialmente, aos meninos ou meninas; ou até mesmo as falas de “espaço de brincadeiras para meninos e espaço para meninas”, “isto é brincadeira de meninos e isto de meninas”, falas que representam e reforçam um imaginário social e historicamente construído. A impossibilidade de as crianças escolherem onde, com quem e com o que brincam, assumindo os papéis que desejam, é outro entrave educacional/social muito relevante em nossa discussão, pois, “[...] a forma como homens e mulheres se relacionam e como são definidos os papéis sociais para ambos é determinado no âmago das sociedades, e, portanto, é uma construção social” (MONTAGNOLI, SILVA, MELO, 2021, p. 39). Por mais que esta citação, inicialmente ao ler, pode direcionar-se para adultos nos seus contextos sociais, o ato de brincar, como representação dessa sociedade, refletirá esses preceitos.

Cabe aos espaços educativos, em qualquer etapa de educação, mas neste artigo enfatizando a Educação Infantil, ser democrático, não reproduzir padrões machistas, patriarcais, de desigualdade, porque “entendemos que a escola precisa instituir-se como um espaço de vivência da democracia e não de reprodução das desigualdades” (MONTAGNOLI; SILVA; MELO; 2021, p. 39) As instituições de Educação Infantil, de um modo geral, especialmente as públicas, precisam acolher e serem compostas pela diversidade de pessoas que as compõem, em suas nacionalidades, raças, etnias, identidades de gêneros, de classe. É improprietário darem ouvidos aos desejos das crianças, ser inter, intra e multicultural, plural, igualitária e inclusiva, em suma, democrática. Caso contrário, estarão condenadas a se resignarem como espaços de educação destinados a atender aos interesses do conservadorismo que não admite a diversidade, seja dentro ou fora da escola, por supostamente ser amoral, legitimando preconceitos, segregações e hegemonias.

A compreensão frágil acerca das relações de gênero, aliada ao preconceito e ao conservadorismo produzem no imaginário social a ideia de que trabalhar a diversidade na escola é sinônimo de doutrinação, e, portanto, deve ser criminalizado. Esse é o ponto de vista dos que advogam contra os estudos de gênero e que o entendem como uma forma de conhecimento amoral e que desvirtua os valores da família tradicional. Diante deste paradigma, os profissionais que atuam nas escolas possuem o compromisso de elevar o entendimento sobre esses temas, considerados polêmicos, tratando-os com cientificidade para que desmistifiquem-se os preconceitos. (MONTAGNOLI; SILVA; MELO, 2021, p. 38).

A segregação na Educação Infantil não ficará apenas nas brincadeiras de carrinho e casinha, conforme citado anteriormente, temos outros espaços de brincadeiras, muito comuns nas instituições de Educação Infantil, que também necessitam ser pensados por professoras/es como espaços expressivos, de brincadeira infantil, para a interação de meninos e meninas, conforme suas escolhas, imaginação, desejos e identificações. Referimo-nos aos espaços com fantasias e acessórios para representações cênicas e/ou complementares ao faz de conta, onde saias, tiaras, vestidos, asas de borboletas e roupas de super-herói estão presentes e serão escolhidas por meninos e meninas que incorporam seus

personagens a partir dessas escolhas. Espaços com espelhos para danças, espaços com blocos de construção, entre tantos outros que compõem os ambientes pedagógicos, expressivos e brincantes, podem se transformar em inclusivos ou excludentes, segregadores ou agregadores, vai depender de como estão elaborados e de como professoras/es conduzem o habitar desses espaços por parte das crianças.

Se tiverem o intuito de segregar meninos e meninas, em espaços que reproduzem os pensamentos e atos conservadores de moralidades, perdem o sentido da escola pública que somos impelidos a construir atualmente, uma escola de igualdades e justiça social, portanto, um “[...] espaço privilegiado para o acesso a saberes que são potencialmente capazes de contribuir para a promoção da cidadania e da necessidade da igualdade e justiça social” (MONTAGNOLI; SILVA; MELO, 2021, p. 39).

Esses são apenas alguns espaços físicos, organizados para o ato de brincar das crianças, e que comumente encontramos nas instituições de Educação Infantil. No entanto, muitos outros poderiam ser citados e exemplificados como possibilidades de segregar ou incluir, de reproduzir estereótipos sociais ou instigar reflexões, escolhas, igualdades.

Além dos espaços físicos, há outras práticas no cotidiano das crianças que presenciamos na Educação Infantil e também registram e enfatizam preconceitos, remetendo o que trouxemos no início deste artigo: todas/todos. Realmente cabem todas/todos nos espaços de Educação Infantil? Onde todas/todos estão nos recursos materiais que compõem esses espaços de educação?

OS ENCONTROS E DESENCONTROS NOS RECURSOS MATERIAIS

É recorrente encontrarmos livros de literatura para as crianças nos espaços institucionais de Educação Infantil, estejam dispostos em bibliotecas ou não. As histórias infantis presentes no cotidiano das crianças ou, pelo menos, em espaços frequentados pelas crianças, necessitam de responsabilidade e compromisso com suas escolhas por parte de professoras/es desta etapa de educação.

Os textos podem conter palavras e ideias preconceituosas, discriminatórias, que reforçam estereótipos, desqualificam alguma diversidade, entre outros. Assim, se analisarmos cautelosamente, encontraremos facilmente isso em clássicos da literatura infantil e textos da atualidade. São princesas brancas, magras, de olhos claros e cabelos compridos, que surgem facilmente nos livros que encantam gerações. E quando olhamos para as bonecas existentes nesses espaços de educação, a hegemonia da branquitude e magreza continua presente e reforçada na maioria dos espaços. As crianças, de modo geral, que olham esses livros, brincam com essas bonecas, estariam representadas nesses recursos tão presentes em seus cotidianos? Quando são convidadas a assistirem filmes, desenhos, curtas-metragens, se reconhecem nesses vídeos? Quais as concepções de sociedade que representamos através da escolha desses recursos materiais que compõem/comporão os espaços e experiências infantis na primeira infância?

Não basta termos brinquedos, livros e filmes infantis para afirmarmos ser um espaço de acolhimento e educação às crianças,

[...] é preciso compreender a escola como um espaço privilegiado de diálogo, respeito e de direitos, contrapondo-se à discriminação e arrogância presentes em discursos e práticas nos diversos espaços sociais, inclusive nas escolas. Às escolas e, portanto, aos profissionais que nela atuam, não é permitida a omissão ou reprodução de preconceitos, injustiças e hipocrisias (MONTAGNOLI; SILVA; MELO, 2021, p. 38).

Objetivando a negação de preconceitos, injustiças e hipocrisias, enquanto espaços de Educação infantil, é importante ter mais atenção e criticidade nas escolhas dos recursos materiais que são realizadas para compor os planejamentos e os espaços físicos de interações e brincadeiras das crianças de zero a cinco anos de idade, assim como aquisições de recursos por parte das secretarias de educação e gestões das instituições².

Bonecos e bonecas pretas, de outras etnias, com diferentes corpos precisam estar presentes nesses espaços; livros com personagens de diferentes culturas, africanas, indígenas, orientais, são alguns exemplos que carecem de ações para incorporar no cotidiano da Educação Infantil. Panelas de diferentes cores, carrinhos diversos, fantasias variadas, músicas (espanholas, africanas, indígenas) instigam a ampliação do repertório cultural das crianças. Brincadeiras que representam, culturalmente, diferentes povos e também povos originários são indispensáveis aos planejamentos. Artistas, pessoas diversas da sociedade podem ter nesses espaços educacionais seus lugares de fala. Para isso, é urgente pensar nos espaços de Educação Infantil, como espaços que serão envoltos/abraçados às brincadeiras e interações. Urge, incorporarmos a ideia de que “[...] pensar lugar de fala é uma postura ética, pois ‘saber o lugar de onde falamos é fundamental para pensarmos as hierarquias, as questões de desigualdades, pobreza, racismo e sexismo’” (RIBEIRO, 2020, p. 83).

Afirmando a cultura afro-brasileira, há muitos currículos municipais e estaduais elaborados a partir da Lei nº 10.639/2003, “que altera a lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática ‘história e cultura afro-brasileira’ e dá outras providências” (BRASIL, 2003 s/p). No entanto, inserimos a cultura e história afro-brasileira nas instituições de Educação Infantil?

Muitas vezes presenciamos a cultura e história afro-brasileira sendo abordada somente em datas comemorativas, de forma pontual nas instituições educativas, provocando inclusive experiências pejorativas da história de todas/todos nós brasileiras/os. Cientes da necessidade e importância de abordarmos gênero, racismo, pluralidade, tendo respaldo e indicativos em documentos oficiais relacionados à educação, questionamos o porquê ainda muitos ignoram essas realidades. Uma das explicações para esse abandono ou esquecimento proposital seria: “Falar de racismo, opressão de gênero, é visto geralmente como algo chato, ‘mimimi’ ou outras formas de deslegitimação. A tomada de consciência sobre o que significa desestabilizar a norma hegemônica é

vista como inapropriada ou agressiva, porque aí se está confrontando poder” (RIBEIRO, 2020, p. 79).

Retomamos que viver a africanidade nos espaços de Educação Infantil é envolver-se em conhecimentos relacionados às peculiaridades da história brasileira, a forma de ver o mundo, lutar pela dignidade de todos os povos, especialmente, dos descendentes de africanos e de povos marginalizados pela sociedade, conforme nos alerta Silva (2005).

Abordar a deslegitimação, a opressão de gênero e o racismo é importante e necessário em qualquer etapa da Educação Básica, por isso a Educação Infantil não pode ficar de fora. Precisamos trazer para os contextos brincantes e musicais, elaborações de espaços com as mais diversas representativas, para que a diversidade familiar, infantil e de trabalhadoras/es se reconheça nesses espaços, nas vivências, nas experiências, na coletividade. É necessário buscar com e na educação o abraço à pluralidade, a igualdade dos direitos sociais de todas/todos cidadãos e cidadãs que compõem esses espaços de educação. Mas, isso, exige estarmos dispostos a estudar, repensar e (re)planejar vivências pedagógicas, para assim, iniciar uma importante caminhada na direção da transformação das instituições de Educação Infantil em espaços plurais, inclusivos e democráticos.

Todos nós estamos desafiados a pensar diferentes maneiras de trabalhar com a questão racial na escola. Será que estamos dispostos? Podemos, enquanto educadores(as) comprometidos(as) com a democracia e com a luta pela garantia dos direitos sociais, recusar essa tarefa? A nossa meta final como educadores(as) deve ser a igualdade dos direitos sociais a todos os cidadãos e cidadãs. Não faz sentido que a escola, uma instituição que trabalha com os delicados processos da formação humana, dentre os quais se insere a diversidade étnico-racial, continue dando uma ênfase desproporcional à aquisição dos saberes e conteúdos escolares e se esquecendo de que o humano não se constitui apenas de intelecto, mas também de diferenças, identidades, emoções, representações, valores, títulos... (GOMES, 2005, p. 154)

Para aceitar o desafio de pensar diferentes maneiras de trabalhar a questão racial e de gênero na Educação Infantil é preciso compreendê-la como inerente à função de profissionais da educação. Organizar espaços para que meninos e meninas façam suas escolhas de como e onde brincar; repensar a representatividade da diversidade cultural e social nos recursos materiais e audiovisuais selecionados para a composição dos mesmos, assim como, para as mais variadas vivências e experiências infantis; trazer músicas que representam a diversidade; enfim, organizar momentos culturais e/ou de discussões envolvendo adultos e crianças são algumas possibilidades para o desafio de pensarmos a diversidade étnico-racial, assim como, as diversificadas identidades que vão se constituindo e transformando no decorrer da vida das crianças.

Acolher os desafios de envolver nos planejamentos práticas e espaços educacionais de forma que todas/todos sejam abraçados no cotidiano de Educação Infantil requer entrega, aceitação, criticidade, aprofundamentos teóricos, negação aos estereótipos e atitudes de inferiorização; para isso se faz necessário e imprescindível ser abraçados e abraçar-se às formações continuadas que adentrem nas histórias e especialidades de povos/pessoas/comunidades que

são marginalizadas na sociedade. A esse respeito, temos no desenvolvimento das atividades e atribuições da coordenação pedagógica uma grande expectativa. Trata-se da possibilidade desses profissionais suscitarem estudos, aprofundamentos, reflexões no grupo de professoras/es e demais profissionais quanto aos desafios apresentados para que possamos construir uma sociedade verdadeiramente democrática e inclusiva, de todas/todos.

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA COMO ELO PARA ENCONTROS DE TRANSFORMAÇÕES

A coordenação pedagógica possui importante papel na formação continuada dos profissionais que compõem os espaços da Educação Infantil, contribuindo para encontros teórico-práticos das/nas ações pedagógicas, sendo um elo entre as diferentes pessoas que formam esses espaços (familiares, crianças, profissionais e demais membros sociais). Esta/este profissional, citada/o e referenciada/o por Almeida e Placco (2001) em suas atribuições transformadoras, formadoras e articuladoras, participa ativamente do projeto político pedagógico dos espaços educacionais, refletindo e transformando-o em um documento vivo, de movimento do cotidiano. Projeto político pedagógico que envolve e é envolvido nos processos formativos em serviço.

Trazemos a coordenação pedagógica para esta discussão, pois vemos nesta/e profissional a possibilidade de repensar, através dos processos formativos, a concepção de escola democrática como espaço de direito de todas/todos, onde se encontre respeito e representatividade, combate da desigualdade social, estereótipos e a inferiorização de pessoas/comunidades/povos e suas culturas. Função que exige “[...] lutar contra a fragmentação do conhecimento, o processo de discriminação e as diferentes formas de preconceito e a ação desprovida de intencionalidade, defendemos a realização de um trabalho coletivo envolvendo o corpo docente, discente e também os familiares” (CATANANTE; DIAS; SILVA; TRISTÃO, 2018, p. 138). Luta que demanda estudos, entrega, compreensão do que é um espaço de educação democrático, conhecimentos de legislações nacionais e abertura para abraçar a pluralidade a qual a sociedade é composta, buscando nos grupos marginalizados socialmente, bases para ações transformadoras nos ambientes pedagógicos. Considerando que,

[...] o conhecimento acerca das questões de gênero por parte dos profissionais da educação possibilitará identificar conceitos, currículos, práticas, recursos didáticos e paradidáticos que vem perpetuando relações colonialistas, violências, preconceitos, estereótipos e a inferiorização de grupos historicamente marginalizados como, por exemplo, as mulheres. (MONTAGNOLI; SILVA; MELO, 2021, p. 39)

Esses conhecimentos estabelecem-se através das formações continuadas de professoras/es acompanhadas/os pela coordenação pedagógica que partilha desses estudos e, assim, também se constituem trabalhadoras/es que prezam pelo antirracismo, antissexismo, não capacitismo, pela negação a quaisquer estereótipos, desrespeitos, hegemonias, ideologia do branqueamento, atos de moralidades excludentes e antidemocráticos.

Conhecimentos e lutas que buscarão unir docentes, crianças e familiares em vivências onde crianças brinquem e convivam na/com a diversidade, deixando de seguir estereótipos que especifiquem comportamentos esperados para meninos e meninas (MONTAGNOLI; SILVA; MELO, 2021).

A coordenação pedagógica — em seu papel formador, transformador e articulador — compromete-se em, junto ao coletivo, discutir, abordar, refletir, repensar ações cotidianas que discriminam, segregam, invisibilizam grupos sociais. Assim, pensarão criticamente os espaços elaborados de brincadeiras, falas, escolhas materiais, posturas compositivas dos cotidianos infantis. Logo, para haver transformações e a coletividade é preciso consolidar as ações, tornando as práticas cada vez mais fortes e possíveis. E, para que essa coletividade se sinta pertencente, representada, encorajada às transformações necessárias, há necessidade de abertura para que todas/todos tenham seu lugar de fala, conforme destaca Ribeiro (2020). Ter seu lugar de fala significa, sobretudo, ter espaço e oportunidade de abordar, debater e refletir criticamente a diversidade de temas e problemas que compõem a sociedade, tanto em espaços/tempos de formação continuada de professoras/es, quanto em espaços/tempos de brincadeiras e interações envolvendo as crianças, e em espaços/tempos de socialização e parceria com familiares.

ENCONTRO CONCLUSIVO

A voz de minha bisavó
ecoou criança
nos porões do navio.
Ecoou lamentos
de uma infância perdida.

A voz de minha avó
ecoou obediência
aos brancos-donos de tudo.

A voz de minha mãe
ecoou baixinho revolta
no fundo das cozinhas alheias
debaixo das trouxas
roupagens sujas dos brancos
pelo caminho empoeirado
rumo à favela

A minha voz ainda
ecoou versos perplexos
com rimas de sangue
e fome.

A voz de minha filha
recolhe todas as nossas vozes
recolhe em si
as vozes mudas caladas
engasgadas nas gargantas.

A voz de minha filha
recolhe em si
a fala e o ato.

O ontem – o hoje – o agora.
Na voz de minha filha
se fará ouvir a ressonância
O eco da vida-liberdade.

(EVARISTO, 2007, p. 24-25)

A epígrafe do nosso último encontro, é um poema de vozes, de mulheres, de vidas, de adultos e crianças, que se movem como forma de reforçar a importância da diversidade, desigualdades, gritos e os silêncios nas diferentes etapas da educação, iniciando na Educação Infantil, onde estereótipos podem ser reforçados ou, então, desmistificados e transformados em experiências vividas do/no cotidiano infantil.

Que o poema, assim como este artigo, encoraje professores/as, coordenadoras/es pedagógicas/es e gestoras/es a refletirem criticamente suas práticas educacionais, buscando subsídios teóricos e científicos para transformar realidades e, assim, participarem da construção de espaços de Educação Infantil democráticos, acolhedores, que ofereçam um grande abraço a todas/todos que o compõem, deixando de reforçar estereótipos, exclusões, violências, segregações, e, sobretudo, enaltecendo o respeito, a união, a visibilidade das diversidades sociais, principalmente dos grupos que historicamente estiveram à margem desta sociedade escravocrata, capitalista, patriarcal, hegemônica, racista, homofóbica, fascista.

Que poema e artigo movimentem ideias, práticas e estudos de trabalhadoras/es da educação para que os espaços de Educação Infantil sejam espaços de luta pela democracia, igualdade e respeito. Que sejam espaços de brincadeiras culturais diversas, que sejam espaços de falas e vozes para todas/todos, de aprofundamentos teóricos, de reflexões críticas acerca da realidade. Que sejam espaços que envolvam encontros de representatividades, de (re)conhecimento, de histórias, de vidas, de igualdade, sem supremacias e estereótipos. Que sejam espaços de encontros plurais. Que sejam espaços de vida-liberdade e democracia.

Democratic practices in early childhood education: place of plural encounters and/or disagreements

ABSTRACT

Early childhood education is marked by the diversity of children, families and workers who inhabit this space, which requires that it constitutes a place that welcomes pluralities, in other words, a place for plural meetings; a space that respect different voices; a space for life, freedom, democracy. Under this condition, it is up to this first stage of basic education to ensure forms of sociability that break free from relations of age domination, relations centered on patriarchy, racism, homophobia, misogyny and fascism. In this sense, this article proposes reflections that aim to promote some (re)thinking, (re)planning, some changeovers in educational-pedagogical practices, changes to ensure the committed to the exercise of thinking in early childhood education as a space for experiencing and learning democracy; as a place that embraces everyone in its constitutions and identity transformations. In order to achieve that, it is up to the pedagogical coordination the responsibility of proposing continuing education for professionals at the educational institutions that contributes for theoretical-practical meetings of pedagogical actions and in its pedagogical actions, in the direction indicated above, in order to warrant trust, respect, dignity, and the collective coexistence of all.

KEYWORDS: Early Childhood Education. Plural Encounters. Spaces. Material resources. Pedagogical Coordination.

Prácticas democráticas en educación infantil: lugar de encuentros y/o desencuentros plurales

RESUMEN

La educación infantil está marcada por la diversidad de niños, familias y trabajadores que habitan este lugar, lo que demanda un espacio que acoja las pluralidades, es decir, un lugar de encuentro plural, un espacio de respeto a las diferentes voces, de vida y libertad, espacio de democracia. En esta condición, corresponde a esta primera etapa de la educación básica garantizar formas de sociabilidad que rompan con las relaciones de dominación etaria, las relaciones centradas en el patriarcado, el racismo, la homofobia, la misoginia, el fascismo. En esa dirección, este artículo presenta algunas reflexiones para promover un (re)pensar, un (re)planificar, movilizar prácticas educativo-pedagógicas que apuesten por el ejercicio de pensar la educación infantil como un espacio para vivir y aprender sobre la democracia, como un lugar que abraza el “todos/todas” en sus constituciones y transformaciones identitarias. Para ello, la coordinación pedagógica es responsable de proponer la formación continua de los profesionales de la institución educativa que contribuya a los encuentros teórico-prácticos de/en las acciones pedagógicas en la dirección indicada anteriormente, con el fin de garantizar la confianza, el respeto, la dignidad y la convivencia de todos/todas.

PALABRAS CLAVE: Educación Infantil. Encuentros plurales. Espacios. Recursos materiales. Coordinación Pedagógica.

NOTAS

1 Ainda com raras exceções, esses papéis têm assumido outras configurações, quando, por exemplo, observa-se alterações no cotidiano da Educação Infantil, com meninos se colocando à disposição do *cuidado dos filhos* enquanto a suposta *mamãe* saiu para trabalhar.

2 Como documento técnico, no ano de 2012, o MEC publicou o manual de orientação pedagógica que tem como finalidade orientar professores/as, educadores/as e gestores/as quanto a organização e uso de brinquedos e materiais, abordando ainda sobre a diversidade desses, a organização de espaços e tipos de atividades. Disponibilidade em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao_brinquedo_e_brincadeiras_completa.pdf

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Laurinda Ramalho.; PLACCO, Vera Maria Nigro de Souza. **O coordenador pedagógico e o espaço da mudança**. 7ª ed. São Paulo: Loyola, 2001.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília/DF: Senado Federal, 05 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. **Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003**. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=10639&ano=2003&ato=431MTTq10dRpWTbf4>. Acesso em: 09 jun. 2023.

BRASIL. **Brinquedos e brincadeiras de creches**: manual de orientação pedagógica. Brasília: MEC/SEB, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao_brinquedo_e_brincadeiras_completa.pdf. Acesso em: 27 ago. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 05 de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Disponível em https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECEBN520_09.pdf. Acesso em: 27 ago. 2023.

CATANANTE, Bartolina Ramalho; DIAS, Lucimar Rosa; SILVA, Lenine Ferreira da; TRISTÃO, Waldete. A coordenação pedagógica e formação ao trabalho com a diversidade étnico-racial: uma experiência na educação infantil. *In.*: POOLI, João Paulo; DIAS, Lucimar Rosa; FERREIRA, Milena Rohrich da. **Coordenação Pedagógica: A formação e os desafios da prática nas escolas**. Curitiba, PR: Appris, 2018.

EVARISTO, Conceição. Poemas da recordação e outros movimentos. 3. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Educação e relações raciais: Refletindo sobre algumas estratégias de atuação. *In.*: **Superando o racismo na escola**. Brasília: Mec/Secad, 2005. Disponível em

http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf.%20Acesso%20em:%2011%20jun.%202023. Acesso em: 11 jun. 2023.

ISKANDAR, Jamil Iskandar; LEAL, Maria Rute. **Sobre positivismo e educação**. *In.*: Revista Diálogo Educacional. V.3, N.3, 2002. Disponível em <https://www.redalyc.org/pdf/1891/189118078007.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em: https://www.mp.ba.gov.br/sites/default/files/biblioteca/direitos-humanos/direitosdasmulheres/artigostesesdissertacoes/questoes_de_genero/guacira_lopes_genero_%2026_ago_15.pdf. Acesso em: 10 jun. 2023.

MONTAGNOLI, Renata Lewandowski; SILVA, Filomena Lucia Gossler Rodrigues da; MELO Marilândes Mól Ribeiro. de. **Para além do meninas vestem rosa e meninos vestem azul**: Discutindo as relações de gêneros na escola para a construção da cidadania. *In.*: Revista feminismos. V. 8, N.3, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/feminismos/article/view/42803>. Acesso em: 11 jun. 2023.

RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Mulheres educadas na colônia. *In.*: LOPES, Elaine Marta Teixeira.; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. (Org). **500 anos de educação no Brasil**. 5. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Jandaíra, 2020

SILVA, Ana Célia da. A desconstrução da discriminação no livro didático. *In.*: **Superando o racismo na escola**. Brasília: Mec/Secad, 2005. Disponível em http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 11 jun. 2023.

Recebido: 01 outubro 2023

Aprovado: 16 novembro 2023

DOI: 10.3895/rtr.v9n0.17503

Como Citar: SOUZA, A. P. B. et al. Práticas democráticas na Educação Infantil: lugar de encontros e/ou desencontros plurais. **Revista Transmutare**, Curitiba, v. 9, e17503, p. 1-17, 2024. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rtr>>. Acesso em: XXX.

Correspondência:

Adriana Perpetua Beckhauser Souza
adrisouza.coordenacao@gmail.com

Direito Autoral: Este artigo está licenciado sob os termos da licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

